



**MINÉRIOS NACIONAL S.A.**

CNPJ nº 09.294.881/0001-75 - NIRE: 31300025861

**Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)**

Ativo	Nota explicativa	Não auditado	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	324.277	99.945
Contas a receber partes relacionadas	4	11.063	29.421
Tributos a recuperar	6	7.402	5.060
Estoques	5	21.564	16.342
Empréstimos - partes relacionadas	19		18.423
Outros ativos circulantes	7	161	201
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>364.467</b>	<b>169.392</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	17	427	397
Tributos a recuperar	6	14.246	12.125
Tributos diferidos	16	25.051	17.600
Imobilizado	8	96.777	92.195
Intangível	9	1.002	1.000
		97.779	93.195
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>137.503</b>	<b>123.317</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>501.970</b>	<b>292.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Não auditado	Reserva de Lucros				Total
	Capital social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados	
Lucro do exercício	114.952			(24.263)	89.168
Destinação proposta:					
Reserva legal		1.760		(1.760)	(3.367)
Antecipação de juros sobre capital próprio aprovado em 18 de setembro de 2020				(4.993)	(4.993)
Dividendos mínimos obrigatórios			25.080	(25.080)	
Dividendos adicionais propostos					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Não auditado</b>	<b>114.952</b>	<b>1.760</b>	<b>25.080</b>	<b>(1.521)</b>	<b>140.271</b>
Lucro do exercício				237.238	237.238
Aprovação de dividendos adicionais propostos na AGO/E realizada em 10 de novembro de 2021			(25.080)		(25.080)
Destinação proposta:					
Reserva legal		11.862		(11.862)	
Dividendos mínimos obrigatórios			169.032	(169.032)	(56.344)
Dividendos adicionais propostos					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>114.952</b>	<b>13.622</b>	<b>169.032</b>	<b>(1.521)</b>	<b>296.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional:** A Minérios Nacional S.A., referida adiante como "MIPE" ou "Companhia", foi constituída em 2007, e uma empresa de capital fechado e está sediada em Congonhas, no Estado de Minas Gerais. A Companhia tem como controladora a Companhia Siderúrgica Nacional - "CSN" e tem como objeto a exploração da atividade mineral em todo o território nacional e no exterior, compreendendo aproveitamento de jazidas minerais, pesquisa, exploração, extração, comercialização de minérios em geral e de subprodutos derivados da atividade mineral, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque, prestação de serviços de mineração, importação e exportação de minérios em geral e participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária e qualquer que seja o objeto social. A Companhia opera e desenvolve suas operações de mineração no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde possui direitos de exploração de recursos minerais, bem como instalações de processamento de minério de ferro. Em Nov/2015 no âmbito da combinação de negócios de mineração realizada por sua controladora, a Companhia recebeu o acervo das operações de Fernando I, Cayman e Pedras Pretas. Com a incorporação dos ativos, o produto gerado em suas operações, é substancialmente comercializado no mercado interno. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

**2. Base de Preparação e Declaração de Conformidade - 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros ("International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisados pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado a seguir: • Nota explicativa 17 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa 18 - Provisões para passivos ambientais e desativação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de agosto de 2022. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. **2.d) Benefícios a empregados:** • Benefícios a Empregados: Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia aderiu ao programa e é patrocinadora em conjunto com seu acionista controlador em planos de pensão concedidos para os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas empresas do grupo que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, composto pelo presidente e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes. O plano de pensão concedido cobre substancialmente todos os funcionários. O plano é administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da CBS, que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. • Descrição dos planos de pensão: Plano CBSPREV: Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBSPrev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, havia 155 e 158 participantes ativos no plano CBSPREV. Em 2021 a despesa com plano de pensão da Companhia foi de R\$161, e a despesa esperada para o exercício de 2022 é de R\$144. **Práticas Contábeis:** • Planos de contribuição: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. • Participação nos lucros e bônus: O pagamento aos empregados relativo a lucros e remuneração variável dos executivos está vinculado ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocados ao custo dos serviços prestados e, quando aplicável, as despesas gerais e administrativas, quando atingidas essas metas. **2.e) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas:** Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas a seguir, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. • CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos; • CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro; • CPC 25/IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado; • CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e • CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras; • CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2.f) IMPACTOS da Covid-19:** A Companhia segue orientando seus colaboradores e reforçando todas as medidas de prevenção e protocolos de higiene recomendados pelas autoridades competentes. A atividade econômica da Companhia está diretamente ligada à demanda de produtos siderúrgicos nos setores automobilístico, doméstico e construção civil, bem como de minério de ferro no mercado nacional. Qualquer redução na atividade desses setores poderia afetar a demanda e o preço dos produtos, bem como trazer impactos relevantes na posição financeira e resultados da Companhia. O portfólio de investimentos e a natureza do parque industrial da Companhia têm característica de longo prazo. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual a Companhia se insere permite maior flexibilidade nas estratégias e planos para mitigar os riscos e efeitos da pandemia em seus negócios e, consequentemente, assegurar a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, como investimentos, imobilizado e créditos fiscais. Desde o início da pandemia, a Companhia não sofreu impactos significativos em sua logística. Também não ocorreram impactos no fornecimento de suprimentos que acarretassem a interrupção das atividades operacionais. A Companhia permanece com todas as suas previsões de produção e vendas de médio e longo prazos.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

Disponibilidades	Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	208	203
Aplicações financeiras		
Títulos privados	324.069	99.742
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>324.069</b>	<b>99.742</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>324.277</b>	<b>99.945</b>

Passivo Circulante	Nota explicativa	Não auditado	
		31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10		1.962
Fornecedores	12	48.089	53.050
Obrigações sociais e trabalhistas		1.141	948
Obrigações tributárias	13	11.268	18.466
Passivo de arrendamento	15	221	
Dividendos		56.344	4.993
Outras obrigações	14	1.137	767
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>118.200</b>	<b>80.186</b>
<b>Não circulante</b>			
Passivo de arrendamento	15	128	
Provisão para desativação de ativos	18	85.906	72.047
Provisões trabalhistas e ambientais	17	1.651	205
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>87.685</b>	<b>72.252</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social integralizado	20	114.952	114.952
Reservas		13.622	1.760
Dividendos adicionais propostos		169.032	25.080
Outros resultados abrangentes		(1.521)	(1.521)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>296.085</b>	<b>140.271</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>501.970</b>	<b>292.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

	Nota explicativa	Não auditado	
		31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	21	497.315	215.033
Custos dos produtos vendidos	22	(97.803)	(117.958)
<b>Resultado bruto</b>		<b>399.512</b>	<b>97.075</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>		<b>(32.645)</b>	<b>(18.420)</b>
Despesas de vendas e administrativas	22	(17.767)	(11.587)
Outras despesas e receitas operacionais	23	(14.878)	(6.833)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>366.867</b>	<b>78.555</b>
Resultado financeiro líquido	24	(4.366)	(3.941)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>362.501</b>	<b>74.714</b>
Imposto de renda e contribuição social	16	(125.263)	(15.251)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>237.238</b>	<b>59.463</b>
Lucro por lote de mil ações - R\$	20	1.674	420
Quantidade de ações no final do exercício	20	141.719.296	141.719.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

	Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	237.238	59.463
Outros resultados abrangentes		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>237.238</b>	<b>59.463</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

	Nota explicativa	Não auditado	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício		237.238	59.463
<b>Ajustes para reconciliar o lucro do exercício</b>			
Depreciação	8	11.761	45.059
Encargos sobre empréstimos e financiamentos captados terceiros	10	77	298
Encargos sobre empréstimos e financiamentos concedidos - partes relacionadas		(438)	(696)
Encargos sobre passivo de arrendamento	15	22	6
Baixas e perdas estimadas no imobilizado, líquidas de reversão	8	1.040	
Provisões para perdas nos estoques		16	(194)
Provisão para desativação de ativos	18	13.859	2.152
Provisões para contingências	17	1.446	(26)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(7.451)	(15.016)
		<b>20.332</b>	<b>31.583</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber	4	18.358	(24.682)
Estoques	5	(5.921)	(7.996)
Depósitos judiciais	17	(30)	(33)
Tributos a recuperar	6	(4.463)	(2.979)
Outros ativos		41	(48)
		<b>7.985</b>	<b>(35.738)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	12	(4.961)	27.887
Salários e contribuições sociais		193	(76)
Tributos a recolher		(7.198)	17.732
Pagamentos de encargos	10	(93)	(318)
Juros recebidos - partes relacionadas	19	1.220	135
Outros passivos		370	(183)
		<b>(10.469)</b>	<b>45.177</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>255.086</b>	<b>100.485</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado		(16.243)	(4.638)
Empréstimos recebidos - partes relacionadas		17.641	9.865
Dividendos pagos		(30.073)	(3.367)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>		<b>(28.675)</b>	<b>1.860</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Amortização de empréstimos	10	(1.946)	(2.597)
Pagamentos de arrendamentos	15	(133)	(211)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(2.079)</b>	<b>(2.808)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>224.332</b>	<b>99.537</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		99.945	408
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		324.277	99.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Clientes	Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas (nota 18)	11.063	29.421
	<b>11.063</b>	<b>29.421</b>

O contas a receber com clientes partes relacionadas são liquidados no prazo de 30 dias após o recebimento do minério. **Prática Contábil:** As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo preço de transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustado ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias. As contas a receber são compostas pelo valor das faturas emitidas (quantidades, índices de umidade e teores preliminares de qualidade), valorizadas com base no preço das "commodities" estabelecido pelo "Platts", conforme estabelece o contrato de cada cliente. O resultado dos ajustes necessários, tanto para emissão das faturas finais é reconhecido como resultado de vendas na ocasião em que ocorre.

Produtos acabados	Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	20.030	14.034
Materiais de embalagem e almoxarifado	1.764	2.409
(-) Perdas estimadas	(230)	(101)
	<b>21.564</b>	<b>16.342</b>

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

Saldo inicial	Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(perdas estimadas) em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(101)	(90)
<b>Saldo final</b>	<b>129</b>	<b>(11)</b>
	<b>(230)</b>	<b>(101)</b>

**Prática Contábil:** São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias.

	Não auditado		Não auditado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	222	395	14.246	12.125
IRRF	1.437	171		
PIS e COFINS	4.237	4.485		
CFEM	1.494			
Outros	12	9		
	<b>7.402</b>	<b>5.060</b>	<b>14.246</b>	<b>12.125</b>

**8. Imobilizado: 8.a) Composição do imobilizado**

	Não auditado		Não auditado		Direito de Uso	Outros (*)	Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (Não auditado)</b>	<b>190</b>	<b>27.679</b>	<b>34.587</b>	<b>50</b>	<b>25.483</b>	<b>4.206</b>	<b>92.195</b>
Custo							



**Continuação**

operações de swap de juros e derivativo de commodity. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. • **Classificação de instrumentos financeiros:**

Notas	31/12/2021		(Não auditado) 31/12/2020	
	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos	Mensurados pelo custo amortizado	Saldos
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	3	324.277	324.277	99.945
Contas a receber	4	11.063	11.063	29.421
<b>Total</b>		<b>335.340</b>	<b>335.340</b>	<b>129.366</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	221	221	1.962
Passivos de arrendamento	15	47.148	47.132	51.033
Fornecedores terceiros	12	941	957	2.017
Fornecedores partes relacionadas	12 e 19	56.344	56.344	4.993
Dividendos a pagar		104.554	104.654	60.005
<b>Total</b>		<b>104.782</b>	<b>104.782</b>	<b>60.005</b>
<b>Não Circulante</b>				
Passivos de arrendamento	15	128	128	
<b>Total</b>		<b>128</b>	<b>128</b>	
<b>Total Passivo</b>		<b>104.782</b>	<b>104.782</b>	<b>60.005</b>

• **Mensuração do valor justo:** Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2020, foram classificados de acordo com a seguinte hierarquia de valor justo: **Nível 2** - Considera *inputs* observáveis no mercado, tais como taxas de juros, câmbio etc., mas não são preços negociados em mercados ativos. Não há ativos ou passivos classificados nos níveis 1 e 3. A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, em 31 de dezembro de 2021. **11.b) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue política de gerenciamento de risco de seu acionista controlador CSN. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Companhia acredita estar exposta ao risco de preço de mercado e ao risco de liquidez. • **Risco de preço de mercado:** A Companhia também está exposta aos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções. • **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Controladora CSN. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na nota 13 - Empréstimos e financiamentos. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo juros.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Passivos de arrendamento (Nota 15)	221	128	349
Fornecedores terceiros (Nota 12)	47.148		47.148
Fornecedores partes relacionadas (Nota 12 e 19)	941		941
Dividendos a pagar	56.344		56.344

**Prática Contábil:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	957	2.017
Fornecedores - terceiros	47.132	51.033
<b>Total</b>	<b>48.089</b>	<b>53.050</b>

**Prática Contábil:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	7.592	12.234
Contribuição Social	2.788	4.450
Outros	888	1.782
<b>Total</b>	<b>11.268</b>	<b>18.466</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Participação sobre lucro - empregados	994	627
Provisão para consumo	46	46
Outras obrigações	97	94
<b>Total</b>	<b>1.137</b>	<b>767</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	402	
AVP - Arrendamentos	(53)	
<b>Total</b>	<b>349</b>	

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	221	
Não Circulante	128	
<b>Total</b>	<b>349</b>	

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos - IBR, ambas em termos nominais. A taxa média incremental utilizada na mensuração de passivo de arrendamento e direito de uso nos contratos celebrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de 18,02% a.a. para contratos com prazo de 2 anos. A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial líquido		
Novos arrendamentos	535	
AVP novos arrendamentos	(75)	
Pagamento	(133)	
Juros apropriados	22	
<b>Saldo final líquido</b>	<b>349</b>	

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento contemplam pagamentos variáveis, fixos em essência quando baseados em desempenho mínimo e tarifas fixadas contratualmente. Em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Total
Arrendamentos	241	161	402
AVP - arrendamentos	(20)	(33)	(53)
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>128</b>	<b>349</b>

• **PIS e COFINS a recuperar:** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor das contraprestações com os fornecedores, ou seja, sem considerar os créditos tributários incidentes após o pagamento. Demonstramos a seguir o direito potencial de PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento.

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	402	
AVP - Arrendamentos	(53)	
Potencial crédito PIS e COFINS	37	
AVP - Potencial crédito de PIS e COFINS	(5)	
<b>Total</b>	<b>381</b>	

• **Pagamentos de arrendamentos não reconhecidos como passivo:** A Companhia optou por não reconhecer os passivos de arrendamento em contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos de baixo valor. Os pagamentos realizados para estes contratos são reconhecidos como despesas quando incorridos. As despesas relativas aos pagamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento durante o exercício são:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos de menor valor	122	
Pagamentos variáveis de arrendamentos	375	
<b>Total</b>	<b>497</b>	

De acordo com as orientações do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia utiliza na mensuração e na remensuração dos passivos de arrendamento e direito de uso, a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Considerando o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia divulga a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesa de depreciação com a utilização de taxas em termos reais para desconto a valor presente de fluxos também em termos reais.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais	Taxa em termos nominais e fluxo real	Taxa e fluxo em termos nominais
Passivo de arrendamentos	349	367		
Direito de Uso Líquido	340	354		
Despesa Financeira	(21)	(22)		
Despesa de Depreciação	(109)	(111)		

Para mensurar os saldos utilizando taxa em termos reais foi utilizada a projeção para a inflação (IPCA)

divulgada pelo Banco Central do Brasil. **Prática Contábil:** Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado. A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota a isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor. Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no contrato. Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e à qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos. Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, sendo considerado dos dois o menor. Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como reduções das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente. Também será aplicado o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e para contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

**16. Imposto de Renda e Contribuição Social: 16.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(132.714)	(15.251)
Diferido	7.451	
<b>Total</b>	<b>(125.263)</b>	<b>(15.251)</b>

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social, bem como o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	362.501	74.714
Alíquota	34%	34%
<b>IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(123.250)</b>	<b>(25.403)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
IR/CS diferidos sobre impairment		15.017
Incentivos fiscais	2.073	1.574
Outros períodos	(1.802)	
Outras exclusões (adições) permanentes	(2.284)	(6.439)
<b>IR/CSLL no resultado do exercício</b>	<b>(125.263)</b>	<b>(15.251)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>35%</b>	<b>20%</b>

**16.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Diferido		
- Bases Negativas da Contribuição Social	2	(2)
<b>Diferenças temporárias</b>		
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	70	491
- Provisão para consumos e serviços	213	(17)
- Perdas estimadas em ativos	16	1.222
- Provisão pra descomissionamento (ARO)	16.893	6.003
- Outras	406	(66)
<b>Total</b>	<b>17.600</b>	<b>7.451</b>

A Administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments" e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2021. **Prática Contábil:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre o lucro líquido em situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por empresa integrante da Companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro líquido tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

**17. Provisões Trabalhistas, Ambientais e Depósito Judicial:** Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Natureza</b>	<b>Passivo provisionado</b>	<b>Depósito judicial</b>
Trabalhista	132	373
Ambiental	1.519	54
<b>Total</b>	<b>1.651</b>	<b>427</b>
<b>Classificado:</b>		
Circulante	1.651	427
Não Circulante		205
<b>Total</b>	<b>1.651</b>	<b>632</b>

A movimentação das provisões trabalhistas e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

	31/12/2020	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão	31/12/2021
Trabalhista	205	14	10	(97)	132
Ambiental		1.519		(97)	1.519
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>1.533</b>	<b>10</b>	<b>(97)</b>	<b>1.651</b>

As provisões tributárias, trabalhistas e cíveis foram estimadas pela Administração, consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. **Processos Tributários:** Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda possível, que figuram como parte a Mineração Nacional, de natureza tributária são (i) autos de infração estaduais de ICMS (glosa de créditos e benefícios fiscais); (ii) ISS - natureza de serviço prestado, (iii) CFEM e (iv) Pedidos de compensação (PERDCOMP) não homologados por suposta inobservância do direito creditório. **Processos trabalhistas:** A Mineração Nacional figura como réu, em 31 de dezembro de 2021, em 194 reclamações trabalhistas. Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas in itinere, e ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve movimentação de adições e baixas de processos trabalhistas decorrentes de encerramento definitivo, além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões e contingências, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia. **Processos cíveis:** Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais da companhia. **Processos ambientais:** Dentre os processos administrativos ambientais em que a Companhia figura como autuada, encontram-se, procedimentos visando a constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e eventuais não atendimentos de condicionantes de licenças ambientais. • **Processos Administrativos e Judiciais Possíveis:** A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos Tributários	5.589	5.097
Processos Trabalhistas	4.276	3.924
Processos Cíveis	117	45
Processos Ambientais	2.526	2.235
<b>Total</b>	<b>12.508</b>	<b>11.301</b>

As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Prática Contábil:** São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e considera-se pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

**18. Provisões para Passivos Ambientais e Desativação:** O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

	31/12/2021	31/12/2020
Desativação de ativos	85.906	72.047
<b>Total</b>	<b>85.906</b>	<b>72.047</b>

**18.a) Passivos Ambientais:** Em 31 de dezembro de 2021 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflète as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Alguns passivos ambientais contingentes são monitorados pela área ambiental e não foram provisionados porque suas características não atendem os critérios de reconhecimento presentes no IAS 37/CPC 25. **18.b) Desativação de Ativos:** As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de descontinuidade de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. A Companhia possui o saldo referente a custos com desativação dos ativos minerais, devido principalmente a: i) revisão no processo de caracterização das barragens, e ii) aplicação dos índices de inflação sobre os custos. **Prática Contábil:** A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção. As obrigações com desativação de ativos "A.R.O." (Asset retirement obligation) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**19. Partes Relacionadas: 19.a) Relacionamento com partes relacionadas:** A CSN é a acionista controladora da Companhia detendo 99,99% de participação no capital social total a CSN, por sua vez é controlada pela Vicunha Aços S.A., que detém 48,97% do capital social total da CSN. A CSN é uma empresa de capital aberto e publica suas demonstrações financeiras no mercado brasileiro e americano. As demonstrações financeiras da CSN foram aprovadas em 09 de março de 2022. **19.b) Transações com controladores, controladas, coligadas e outras partes relacionadas:**

	31/12/2021		(Não auditado) 31/12/2020	
	Controladora	Outras Partes Relacionadas	Controladora	Outras Partes Relacionadas
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Aplicações Financeiras		71	71	14
Cont				



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/658A-FD3F-E63C-BC33> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 658A-FD3F-E63C-BC33



### Hash do Documento

sKhjlypzxKzF/IJ8ZbM4aZ/QzZ/AJtAxtxyMcRUIICU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/08/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 22/08/2022 20:09 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

